EB LDM Participações S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas e aos administradores da

EB LDM Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EB LDM Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EB LDM Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

— Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de julho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

EB LDM Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.556	1.556	22.685	9.067
Contas a receber de clientes	10	-	-	127.854	171.169
Estoques	11	-	-	344.820	279.523
Adiantamento a fornecedores	12	-	-	50.872	47.793
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	13.840	-
Impostos a recuperar	13	51	48	36.271	49.622
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	1.637	2.704
Dividendos a receber		9.436	9.436	-	-
Outros créditos		-	-	25.169	4.911
Total do ativo circulante		**11.043**	**11.040**	**623.148**	**564.789**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	13	-	-	13.001	10.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	39.474	37.439
Depósitos judiciais		-	-	35.563	37.314
Total do realizável a longo prazo		**-**	**-**	**88.038**	**84.852**
Investimentos	15	464.015	483.286	-	-
Imobilizado	16	-	-	59.641	71.056
Intangível	17	-	-	417.426	421.486
Direito de uso	18	-	-	107.341	113.931
Total do ativo não circulante		**464.015**	**483.286**	**672.446**	**691.325**
Total do ativo		**475.058**	**494.326**	**1.295.594**	**1.256.114**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	19	11	-	209.249	137.338
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	179.004	101.149
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	5.562	7.243
Arrendamento mercantil	18	-	-	16.981	15.849
Salários e encargos a pagar	22	-	-	18.983	16.923
Impostos e contribuições a recolher	21	4	1	42.841	54.104
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	2.056	-
Adiantamento de clientes	23	-	-	38.966	36.311
Dividendos a pagar	24	4.879	4.879	16.305	16.305
Outras contas a pagar		-	-	2.061	5.068
Total do passivo circulante		**4.894**	**4.880**	**532.008**	**390.290**
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição diferidos	14	22.019	26.625	22.019	26.625
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	57.441
Arrendamento mercantil	18	-	-	101.993	108.245
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	2.846
Impostos e contribuições a recolher		-	-	3.025	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	25	-	-	4.045	6.556
Receita diferida		-	-	452	161
Total do passivo não circulante		**22.019**	**26.625**	**131.534**	**201.874**
Total do passivo		**26.913**	**31.505**	**663.542**	**592.164**
Patrimônio líquido					
Capital social	26	191.164	191.164	191.164	191.164
Reserva de capital	26	255.954	270.630	255.954	270.630
Reserva de lucros	26	1.027	1.027	1.027	1.027
Total do patrimônio líquido		**448.145**	**462.821**	**448.145**	**462.821**
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores		**-**	**-**	**183.907**	**201.129**
Total do patrimônio líquido		**448.145**	**462.821**	**632.052**	**663.950**
Total do passivo e patrimônio líquido		**475.058**	**494.326**	**1.295.594**	**1.256.114**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EB LDM Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida	27	-	-	1.295.167	1.086.276
Custo das mercadorias revendidas e serviços prestados	28	-	-	(968.330)	(863.904)
Lucro bruto		**-**	**-**	**326.837**	**222.372**
Despesas com vendas	28	-	-	(97.634)	(70.643)
Despesas administrativas e gerais	28	(130)	(69)	(203.964)	(194.562)
Perdas por redução ao valor recuperável	10	-	-	(301)	306
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	(2.145)	(20.979)
Resultado antes das outras receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(130)**	**(69)**	**22.793**	**(63.506)**
Receitas financeiras	29	119	129	8.791	13.365
Despesas financeiras	29	-	(1)	(56.482)	(32.854)
Resultado financeiro	29	**119**	**128**	**(47.691)**	**(19.489)**
Resultado de equivalência patrimonial	15	**(19.271)**	**(37.990)**	**(1.240)**	**-**
Resultado antes dos impostos		**(19.282)**	**(37.931)**	**(26.138)**	**(82.995)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(225)	(393)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	4.606	4.606	9.079	31.985
	14	**4.606**	**4.606**	**8.854**	**31.592**
Resultado do exercício		**(14.676)**	**(33.325)**	**(17.284)**	**(51.403)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				(14.676)	(33.325)
Acionistas não controladores				(2.608)	(18.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EB LDM Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado do exercício	(14.676)	(33.325)	(17.284)	(51.403)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(14.676)**	**(33.325)**	**(17.284)**	**(51.403)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(14.676)	(33.325)
Acionistas não controladores			(2.608)	(18.078)
Resultado abrangente total			**(17.284)**	**(51.403)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EB LDM Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros			Lucros /(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação não controladores	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**191.164**	**289.320**	**1.027**	**14.634**	**-**	**496.145**	**232.756**	**728.901**
Mudança de patrimônio líquido na participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(13.548)	(13.548)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(33.325)	(33.325)	(18.078)	(51.403)
Absorção de prejuízos acumulados		-	(18.690)	-	(14.634)	33.325	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**191.164**	**270.630**	**1.027**	**-**	**-**	**462.821**	**201.129**	**663.950**
Mudança de patrimônio líquido na participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(14.614)	(14.614)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(14.676)	(14.676)	(2.608)	(17.284)
Absorção de prejuízos acumulados		-	(14.676)	-	-	14.676	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**191.164**	**255.954**	**1.027**	**-**	**-**	**448.145**	**183.907**	**632.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EB LDM Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		**(14.676)**	**(33.325)**	**(17.284)**	**(51.403)**
Ajuste por:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	14	(4.606)	(4.606)	(8.854)	(31.592)
Depreciações e amortizações		-	-	48.105	49.233
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(18.367)	8.303
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos		-	-	59.723	14.815
Equivalência patrimonial	15	19.271	37.990	1.240	-
Movimentação da provisão para perdas em contas a receber e estoques	10/11	-	-	(12.170)	10.630
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	-	-	2.515	5.349
Ajuste a valor presente contas a receber		-	-	(930)	1.774
Resultado na venda de ativo imobilizado		-	-	(1.167)	2.135
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	43.944	(121.086)
Estoques		-	-	(52.826)	32.227
Adiantamento a fornecedores		-	-	(3.079)	(26.857)
Impostos a recuperar		(3)	(10)	13.961	17.636
Depósitos judiciais		-	-	1.751	(2.833)
Outros créditos		-	-	(18.958)	(2.986)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		11	(4)	74.131	55.994
Salários e encargos a pagar		-	-	2.060	6.771
Impostos e contribuições a recolher		3	(4)	(2.731)	12.111
Adiantamento de clientes		-	-	2.655	7.477
Outras contas a pagar		-	-	(6.699)	(6.987)
Pagamentos de juros de financiamentos	20	-	-	(13.117)	(6.198)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**-**	**41**	**93.903**	**(25.487)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	33	-	-	(9.271)	(39.955)
Aquisição de ativo intangível	17	-	-	(26.043)	(13.622)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada em conjunto		-	-	(1.309)	-
Aporte de capital em controlada em conjunto	15	-	-	(1.000)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**-**	**-**	**(37.623)**	**(53.577)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	20	-	-	73.920	117.236
Pagamento de principal de arrendamento mercantil	18	-	-	(16.217)	(17.849)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	18	-	-	(12.807)	(9.632)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	-	-	(87.558)	(11.948)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento		**-**	**-**	**(42.662)**	**77.807**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**-**	**41**	**13.618**	**(1.257)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.556	1.515	9.067	10.324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	1.556	1.556	22.685	9.067
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**-**	**41**	**13.618**	**(1.257)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A EB LDM Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2020, com sede na cidade de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165, conjunto nº 1.301, parte, Vila Nova Conceição, no estado de São Paulo, e possui como objeto social a participação no capital de outras entidades, sendo na qualidade de quotista, acionista ou sócia, tendo prazo indeterminado de duração.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de julho de 2025.

2.2 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais contemplam a totalidade das operações da Companhia EB LDM Participações S.A. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam as seguintes Companhias:

		2024	**2023**
Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A.	Direta	54,50%	54,50%
Infini Editoria Ltda.	Indireta	70,00%	70,00%

Adicionalmente, através da sua controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A., a Companhia possui o seguinte investimento em controlada em conjunto:

		2024	**2023**
Bseller Serviços de Tecnologia Ltda.	Investimento indireto	50,00%	-

2.3 Base consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de sua controlada em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e sua controlada, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e sua controlada possuem controle compartilhado, onde a Companhia e sua controlada têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e sua controlada no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são

eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas, premissas e pelo valor justo que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.
- Nota Explicativa nº 18 - Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas por redução ao valor recuperável;
- Nota Explicativa nº 11 - Mensuração da provisão para perdas em estoques por obsolescência;
- Nota Explicativa nº 7 (d) e 14 (b) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota Explicativa nº 17 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas Explicativas nºs 7.k e 18 - Taxa de desconto para cálculo presente dos contratos de arrendamento registrada na conta de direito de uso e passivo de arrendamento;
- Nota Explicativa nº 25 - Reconhecimento e mensuração de provisão de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c. Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Companhia. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Companhia. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Receita

(i) Venda de bens

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

- *Revenda de mercadorias* – a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:
- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente.
- A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

(ii) Venda de serviços

Receita de prestações de serviços – são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros de recebimentos em atraso, rendimentos sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, ajuste a valor justo e valor presente das vendas realizadas com pagamento via cartões de crédito.

As despesas financeiras compreendem as taxas bancárias, descontos concedidos, com arrendamento mercantil, cartorárias, taxas e antecipações de cartões de crédito.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment),* quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.
As taxas de depreciação anual adotadas ao longo dos três últimos exercícios foram as seguintes:

Contas	**Taxa % a.a.**	**Vida útil**
Máquinas e equipamentos	10 - 20%	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 - 20%	5 - 10 anos
Veículos	10 - 20%	5 - 10 anos
Computadores e periféricos	10 - 33,3%	3 - 10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-50%	2-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago na aquisição de um negócio e o justo valor líquido dos ativos e passivos da subsidiária adquirida. O ágio de aquisições de subsidiárias é apresentado na rubrica Investimentos e ativos intangíveis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O ágio é mantido ao valor de custo, deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e o teste contábil é realizado no mínimo anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia que se espera que se beneficie da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem alocados a essas unidades.

Pesquisa e desenvolvimento
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização
A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As carteiras de clientes e *softwares* são amortizadas em até seis anos de acordo com o atual *churn rate* (número de clientes que cancelam num determinado período).

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir

e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge
Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Mais informações sobre as políticas contábeis da Companhia e as atividades de gerenciamento de risco relacionadas a instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge são fornecidas na nota 30.

(vi) Hedge de fluxo de caixa
Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio *(forward points)* é contabilizada

separadamente como custo de *hedge*.

h. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto Social da Companhia determina o percentual 25% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios (vide Nota Explicativa nº 26 c).

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos do último ano.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitos em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

l. Subvenção e assistência governamental

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, em linha com o período de reporte do crédito pelo regime de competência, no qual os ganhos são registrados no grupo de deduções de vendas (impostos incidentes), contra o passivo corrente.

Também estão sendo observados os aspectos fiscais requeridos quanto ao registro dessas subvenções em "reserva de incentivo fiscal" no patrimônio líquido.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações CPC 48 e CPC 40).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixas e bancos	-	-	3.095	1.496
Aplicações financeiras	1.556	1.556	19.590	7.571
Total	**1.556**	**1.556**	**22.685**	**9.067**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses instrumentos financeiros referem-se a aplicações financeiras automáticas dos saldos das contas-correntes em certificados de depósitos bancários e renda fixa, remuneradas pela taxa acumulada de 80 a 105% do certificado de depósito interbancário (80 a 105% em 31 de dezembro de 2023).

A exposição da Companhia a risco de taxas para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 30.

10 Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Cartões a receber (i)	95.309	149.411
Marketplace a receber	11.316	11.099
Duplicatas a receber	27.741	17.800
Perdas por redução ao valor recuperável	(595)	(294)
Ajuste a valor presente (ii)	(5.917)	(6.847)
Total	**127.854**	**171.169**

(i) Refere-se a contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos cedidos a adquirentes e instituições financeiras no montante de R$ 154.840 (R$ 81.021 em 31 de dezembro de 2023), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 11,60% e 13,90% (0,44% e 11,18% em 31 de dezembro de 2023). A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos, apresentando na rubrica de contas a receber o valor líquido dos ativos cedidos.

(ii) Para o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber utilizamos a média das taxas de antecipações realizadas no ano de apuração. As taxas variaram de 9,0% a 11,98% ao ano (9,0% a 13,5% em 31 de dezembro de 2023).

A exposição a riscos de moedas relacionadas às contas a receber de clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 30. A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Valores a vencer:		
Até 30 dias	25.709	24.218
Entre 31 e 60 dias	8.412	16.437
Entre 61 e 90 dias	8.625	21.888
Entre 91 e 120 dias	2.761	30.785
Entre 121 e 150 dias	20.184	23.066
Entre 151 e 180 dias	18.570	19.096
Acima de 181 dias	47.261	42.015
Total a vencer	**131.522**	**177.505**
Valores vencidos:		
Até 30 dias	1.378	377
Entre 31 e 60 dias	251	94
Entre 61 e 90 dias	242	60
Entre 91 e 120 dias	163	32
Entre 121 e 150 dias	114	40
Entre 151 e 180 dias	101	31
Acima de 181 dias	595	171
Total vencidos	**2.844**	**805**
Total	**134.366**	**178.310**

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da carteira de cliente, *aging* do saldo vencido há mais de 180 dias e na experiência real de perda de crédito nos últimos 12 meses. A movimentação da provisão para perdas esperadas é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(600)**
Perdas estimadas, líquidas	(269)
Perda efetiva	575
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(294)**
Perdas estimadas, líquidas	(626)
Perda efetiva	325
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(595)**

11 Estoques (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Mercadorias para revenda	342.055	290.227
Estoques em poder de terceiros	1.715	2.053
Material para consumo	2.171	835
Provisão para perdas de estoques (i)	(1.121)	(13.592)
Total	**344.820**	**279.523**

(i) A provisão para perdas de estoques é composta pela provisão de realização do estoque com margem negativa, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar sua venda, e provisão para obsolescência.

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.656)**
(-) Constituição da provisão	(25.057)
(+) Reversão da provisão	14.121
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(13.592)**
(-) Constituição da provisão	(781)
(+) Reversão da provisão	13.252
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.121)**

12 Adiantamento a fornecedores (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Adiantamento a fornecedores – Mercado interno	873	-
Adiantamento a fornecedores – Mercado externo	48.292	47.793
Adiantamento a partes relacionadas	1.707	-
Total	**50.872**	**47.793**

O valor de adiantamento a fornecedores refere-se substancialmente a adiantamentos com importações. Para que os fornecedores internacionais produzam as mercadorias da Companhia é exigido que se faça o pagamento de 30%, 70% ou 100% dependendo do fornecedor. O saldo está sendo realizado no processo de nacionalização.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS a recuperar (a)	-	-	28.695	51.953
PIS e COFINS a recuperar (b)	-	-	18.141	7.587
IPI a recuperar	-	-	2.253	-
Outros tributos a recuperar	51	48	183	181
Total	**51**	**48**	**49.272**	**59.721**
Ativo circulante	51	48	36.271	49.622
Ativo não circulante	-	-	13.001	10.099

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, advindos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

(b) Créditos referem-se em sua maior parte da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS, baseado no tema 69 da decisão do STF. Este crédito é atualizado também, pelo efeito do gross-up do ICMS na base do PIS e COFINS.

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos (controladora)

	2022 Passivo	2023 Resultado	2023 Passivo	2024 Resultado	2024 Passivo
Mais-valia da carteira de clientes	5.126	(1.309)	3.817	(1.309)	2.508
Mais-valia da marca	26.105	(3.297)	22.808	(3.297)	19.511
Total	**31.231**	**(4.606)**	**26.625**	**(4.606)**	**22.019**

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Resultado	Saldo em 31/12/2023	Resultado	Compensação com outros impostos (i)	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	27.301	27.301	16.702	(2.438)	41.565
Depósitos em contencioso	-	(12.414)	(12.414)	682	-	(11.732)
Diferença temporária sobre arrendamentos	2.442	2.785	5.227	(1.310)	-	3.917
Provisão para perda nos estoques	903	3.718	4.621	(4.240)	-	381
Instrumentos financeiros derivativos	617	2.823	3.440	(6.254)	-	(2.814)
Provisão para ajustes a valor presente	1.725	603	2.328	(316)	-	2.012
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	643	1.586	2.229	(854)	-	1.375
Outros	3.730	977	4.707	63	-	4.770
Mais-valia da carteira de clientes	(5.126)	1.309	(3.817)	1.309	-	(2.508)
Mais-valia da marca	(26.105)	3.297	(22.808)	3.297	-	(19.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**(21.171)**	**31.985**	**10.814**	**9.079**	**(2.438)**	**17.455**
Ativo fiscal diferido			37.439			39.474
Passivo fiscal diferido			(26.625)			(22.019)

(i) Refere-se a compensação de IPI com base fiscal negativa de IRPJ e CSLL referente ao programa litígio zero.

Os ativos diferidos de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação entre o lucro apresentado na demonstração do resultado e o lucro tributável é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.282)	(37.931)	(24.898)	(82.995)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**6.556**	**12.896**	**8.465**	**28.218**
Equivalência patrimonial	(1.946)	(8.310)	(422)	-
Subvenção de investimento (i)	-	-	-	8.588
Outras adições (exclusões) permanentes	(4)	20	811	(5.214)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**4.606**	**4.606**	**8.854**	**31.592**
Alíquota efetiva	24%	12%	31%	37%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(225)	(393)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.606	4.606	9.079	31.985

(i) Receita de subvenção

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi reconhecido efeito de subvenção de ICMS em decorrência da alteração da lei nº 14.789 de 29 de dezembro de 2023, que veta as reduções de base de cálculo de ICMS e traz novas diretrizes quanto ao uso de benefícios fiscais com intuito de subsidiar investimentos. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A. reconheceu o montante de R$ 25.260, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas às exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), com a respectiva expedição do Certificado de Registro e Depósito.

Tal valor é decorrente dos benefícios fiscais, como segue:

(a) Convênio ICMS 52/91 (redução da base de cálculo em operações internas e interestaduais).

(b) Art. 54, inciso V do RICMS/SP - Resolução SF 4/98 (alíquota de 12% nas operações internas).

(c) Lei nº 17.293/2020, art. 22, §1º (que equiparou benefício fiscal de operações que tenham a alíquota fixada em patamar inferior a 18%).

Os incentivos fiscais da controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A., caracterizam-se como subvenção para investimento, sendo reconhecidos no mês de competência e lançados diretamente no resultado, na rubrica de deduções da receita, em contrapartida ao passivo no ICMS a pagar, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, em 31 de dezembro de 2024 não foi reconhecido efeitos de incentivos

fiscais (R$ 8.588 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia e sua controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A., efetuam, no final do exercício social, o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais na conta "reserva de incentivos fiscais". Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi constituído reserva de subvenção devido o exercício apresentar prejuízo. A Companhia e sua controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A. mantém controles para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, art. 3º, §3º e Lei nº 12.973/14, art. 30, §3º.

15 Investimentos em controladas

a. Informações da controlada

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras da controlada.

Controlada	Em 31 de dezembro de 2024								
	Ações	%	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo
Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A.	140.194.960	54,40%	621.541	308.551	536.552	109.515	284.025	1.295.167	(10.568)

Controlada	Em 31 de dezembro de 2023								
	Ações	%	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo
Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A.	140.194.960	54,40%	563.185	301.503	394.846	175.249	294.593	1.086.276	(44.757)

b. Movimentação do investimento em controlada

A movimentação do investimento em controlada direta, apresentado nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Amortização (equivalência patrimonial)	Saldo em 31/12/2024
Movimentação				
Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A.	158.841	(5.723)	-	153.117
Carteira de clientes	11.228	-	(3.849)	7.379
Marca	67.081	-	(9.699)	57.382
Ágio	246.137	-	-	246.137
Total	**483.286**	**(5.723)**	**(13.548)**	**464.015**

Movimentação	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Amortização (equivalência patrimonial)	Saldo em 31/12/2023
Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A.	183.283	(24.442)	-	158.841
Carteira de clientes	15.077	-	(3.849)	11.228
Marca	76.780	-	(9.699)	67.081
Ágio	246.137	-	-	246.137
Total	**521.277**	**(24.442)**	**(13.548)**	**483.286**

c. Informação dos investimentos indiretos

Controlada	Em 31 de dezembro de 2024								
	Ações	%	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo
Infini Editora Ltda.	1.418.775	70%	5.270	1.614	1.134	234	5.516	9.649	(222)
Bseller Serviços de Tecnologia Ltda. **(i)**	50	50%	6.141	2.004	6.008	-	2.137	10.743	(2.480)

Controlada	Em 31 de dezembro de 2023								
	Ações	%	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo
Infini Editora Ltda.	1.418.775	70%	5.446	924	426	205	5.739	9.606	301

(i) Em 28 de março de 2024, a controlada Gurgelmix Máquinas e Ferramentas S.A. celebrou um contrato de constituição de 50% das ações da BSeller Serviços de Tecnologia Ltda, "BSeller", empresa limitada de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com visão de suprir a necessidade de uma ferramenta de ERP e backoffice para atender a nova demanda de vendas online e desbravar esse cenário.

A constituição foi efetivada pelo montante de R$ 1.000, cujo desembolso foi realizado na data de fechamento da constituição.

Informações da controlada em conjunto

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras da controlada em conjunto.

Posição	Quotas	%	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulante	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo líquido
BSELLER Serviços de Tecnologia 31/12/2024	50	50%	6.141	2.004	6.008	-	2.137	10.743	(1.240)

Movimentação do investimento em controlada em conjunto

A movimentação do investimento em controlada em conjunto, apresentado nas demonstrações financeiras, é como segue:

Movimentação	Saldo em 01/01/2024	Aporte de capital	AFAC	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2024
BSELLER Serviços de Tecnologia	-	1.000	1.309	(1.240)	1.069

16 Imobilizado (Consolidado)

Consolidado	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2024**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor contábil líquido**
Máquinas e equipamentos	3.226	264	(736)	(67)	1.944	4.631	6.023	(1.392)	4.631
Veículos (i)	2.674	-	(371)	(270)	(1.300)	733	1.245	(512)	733
Móveis e utensílios	26.713	462	(4.053)	(57)	5.873	28.938	38.139	(9.201)	28.938
Computadores e periféricos	3.666	410	(1.613)	-	1.300	3.763	9.180	(5.417)	3.763
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25.457	239	(9.999)	-	4.516	20.213	39.459	(19.246)	20.213
Obras em andamento (ii)	9.320	5.676	-	-	(13.633)	1.363	1.363	-	1.363
Total	**71.056**	**7.051**	**(16.772)**	**(394)**	**(1.300)**	**59.641**	**95.409**	**(35.768)**	**59.641**

	Saldo em 31/12/2022	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2023**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor contábil líquido**
Máquinas e equipamentos	1.357	-	(242)	(2)	2.113	3.226	4.135	(909)	3.226
Veículos	2.621	-	(359)	-	412	2.674	3.485	(811)	2.674
Móveis e utensílios	18.484	4	(2.898)	(218)	11.341	26.713	31.854	(5.141)	26.713
Computadores e periféricos	3.218	9	(1.604)	(1)	2.044	3.666	7.465	(3.799)	3.666
Benfeitoria em imóveis de terceiros	13.170	-	(6.948)	(1.914)	21.149	25.457	34.737	(9.280)	25.457
Obras em andamento (ii)	4.697	41.682	-	-	(37.059)	9.320	9.320	-	9.320
Total	**43.547**	**41.695**	**(12.051)**	**(2.135)**	**-**	**71.056**	**90.996**	**(19.940)**	**71.056**

(i) Refere-se a reclassificação de leasing de veículos para rubrica de direito de uso – nota explicativa 18.

(ii) As obras em andamento referem-se essencialmente aos investimentos destinados a abertura de novas lojas físicas.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

Garantia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía bens imobilizados dados em garantia de empréstimos e financiamentos bancários.

17 Intangível (consolidado)

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Carteira de clientes	21.247	-	(7.063)	-	-	14.184
Marcas e patentes	126.472	-	(17.796)	-	68	108.744
Ágio	247.809	-	-	-	-	247.809
Software	13.871	-	(5.245)	-	7.266	15.892
Projetos em andamento (i)	11.441	26.043	-	-	(7.334)	30.150
Relacionamento com clientes	647	-	-	-	-	647
Total	**421.486**	**26.043**	**(30.104)**	**-**	**-**	**417.426**

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Carteira de clientes	28.310		(7.063)			21.247
Marcas e patentes	144.268		(17.796)			126.472
Ágio	247.809	-	-	-	-	247.809
Software	12.296	-	(3.660)	-	5.235	13.871
Projetos em andamento (i)	3.054	13.622	-	-	(5.235)	11.441
Relacionamento com clientes	647	-	-	-	-	647
Total	**436.384**	**13.622**	**(28.519)**	**-**	**-**	**421.486**

(i) Refere-se a projeto de aplicativos em desenvolvimento e melhorias de sistemas internos.

Testes de recuperabilidade de ágio e intangíveis

Os ágios foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	2024	2023
	Gurgelmix taxa (a.a.)	**Gurgelmix taxa (a.a.)**
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos (i)	12,4%	12,4%
Taxa de crescimento médio ponderado nos quatro primeiros anos	3,00%	3,00%
Perpetuidade	3,00%	3,00%

(i) Taxa Custo Médio de Capital Próprio (CAPM).

A metodologia de fluxo de caixa define a rentabilidade da Companhia e sua controlada, como sendo o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, com acréscimos dos itens que não afetam o caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada etc.).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado considerando-se o tempo que a organização levará para apresentar uma operação estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O fluxo é trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital. Após o teste não foi identificada a necessidade de provisão a ser reconhecida.

18 Direito de uso e arrendamento mercantil (consolidado)

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019, a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso e arrendamento mercantil, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	Consolidado	
Movimentação do direito de uso	**2024**	**2023**
Saldo inicial	113.931	133.005
Transferência (i)	1.300	-
Adição	1.334	22.293
Remensuração	10.835	922
Baixas	(950)	(17.676)
Depreciação	(19.109)	(24.613)
Saldo final	**107.341**	**113.931**
Composição:		
Valor de custo	171.567	164.786
Depreciação acumulada	(64.226)	(50.855)
Total	**107.341**	**113.931**

(i) Tal transferência refere-se à reclassificação de leasing de veículos advindo da rubrica de imobilizado – nota explicativa 16.

	Consolidado	
Movimentação do arrendamento	**2024**	**2023**
Saldo inicial	124.094	136.936
Adição	1.334	22.293
Remensuração	10.835	922
Pagamento de principal	(16.217)	(17.849)
Pagamento de juros	(12.807)	(9.632)
Juros provisionados	12.554	10.661
Baixas	(819)	(19.237)
Saldo final	**118.974**	**124.094**
Passivo circulante	16.981	15.849
Passivo não circulante	101.993	108.245

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado	**Valor nominal**	**Valor presente**
1 a 12 meses	28.358	16.981
13 a 24 meses	28.169	18.580
25 a 36 meses	25.125	17.482
37 a 48 meses	20.545	14.862
49 a 60 meses	15.834	11.060
61 meses em diante	45.190	40.009
	163.221	**118.974**

A taxa média ponderada de taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2024 é de 11,67% a.a. (11,54 % a.a. em 2023).

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Revenda – mercado interno	-	-	168.022	91.699
Fornecedores - Risco sacado (i)	-	-	15.145	10.842
Fretes	-	-	12.428	10.916
Consumo (Serviços e gastos gerais)	11	-	13.654	23.881
Total	**11**	**-**	**209.249**	**137.338**

(i) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía R$ 15.145 (R$ 10.842 em 31 de dezembro de 2023) em contratos firmados com instituições financeiras para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "confirming" (risco-sacado). Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Essa operação não alterou os prazos, preços e condições contratuais anteriormente estabelecidos. Os encargos financeiros relacionados a essa operação são determinados entre a instituição financeira e o fornecedor, sendo o recolhimento destes valores de responsabilidade exclusiva do fornecedor. Desta forma, o saldo da conta de fornecedores "risco-sacado" registra os títulos com valor integral, conforme contrato, e serão devidos aos bancos, sem a previsão de extensão do prazo de pagamento e sem a ocorrência de juros, caso as liquidações sejam efetuadas em dia.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 30.

20 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Descrições	Encargos (a.a.)	Vencimento	2024	2023
Em moeda nacional				
Capital de giro – 4.131 (c)	CDI+2,18%	mai/25	42.976	47.721
Em moeda estrangeira				
Capital de giro – 4131 (a)	CDI+2,76%	mar/25	17.358	43.973
Finimp (b)	8,03%	jan/24	-	615
Finimp (b)	7,40%	mai/24	-	3.036
Finimp (b)	7,57%	mai/24	-	6.686
Finimp (b)	8,45%	jul/24	-	4.898
Finimp (b)	7,87%	ago/24	-	5.669
Finimp (b)	6,03%	ago/24	-	1.563
Finimp (b)	7,85%	ago/24	-	1.060
Finimp (b)	7,89%	set/24	-	2.533
Finimp (b)	8,03%	set/24	-	3.692
Finimp (b)	8,72%	out/24	-	4.850
Finimp (b)	7,86%	out/24	-	5.407
Finimp (b)	7,68%	nov/24	-	5.857
Finimp (b)	7,63%	dez/24	-	21.030
Finimp (b)	7,66%	jan/25	10.864	-
Finimp (b)	6,88%	fev/25	13.708	-
Finimp (b)	7,72%	fev/25	9.697	-
Finimp (b)	7,71%	mar/25	15.431	-
Finimp (b)	8,12%	abr/25	19.412	-
Finimp (b)	6,95%	mai/25	10.413	-
Finimp (b)	3,76%	jun/25	12.053	-
Finimp (b)	3,31%	jun/25	27.092	-
Total			**179.004**	**158.590**
Passivo circulante			179.004	101.149
Passivo não circulante			-	57.441

(a) Capital de Giro – Modalidade 4131: Referem-se a captações em moeda estrangeira, na modalidade 4131, firmado junto ao Banco Itaú S.A no valor de EUR 9.570, equivalente a R$ 50.000. Estes recursos são destinados para otimização do fluxo de caixa para dar suporte a expansão de Lojas Físicas da Companhia e suporte da necessidade de capital de giro devido ao crescimento. A operação está protegida de oscilações de câmbio através de Swap e não possui cláusulas restritivas (covenants). Foi cedido como garantia 20% da carteira de recebíveis de cartão de crédito.

(b) Finimp – Referem-se a linha de crédito destinado a importação de produtos para comercialização.

(c) Capital de Giro – Modalidade 4131: Referem-se a captações em moeda nacional, na modalidade 4131, firmado junto ao Banco Santander S.A no valor de R$ 50.000. Estes recursos são destinados para otimização do fluxo de caixa para dar suporte a expansão de Lojas Físicas da Companhia e suporte da necessidade de capital de giro. A operação não possui garantias e nem cláusulas restritivas (covenants).

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento:

Movimentação dos empréstimos	2024	2023
Saldo inicial	158.590	55.346
Captação	73.920	117.236
Variação cambial	32.665	-
Pagamento de principal	(87.558)	(11.948)
Pagamento de juros	(13.117)	(6.198)
Juros provisionados	14.504	4.154
Saldo final	**179.004**	**158.590**

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	**Valor contábil**
2025	179.004
Total	**179.004**

Cláusulas contratuais *(Covenants)*
Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas contratuais *(covenants)* atreladas a indicadores não financeiros. A Companhia acompanha essas cláusulas contratuais mensalmente e através do orçamento plurianual de 5 anos, apresenta projeção de atendimento dos indicadores para os próximos exercícios.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota Explicativa nº 30.

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		**Consolidado**	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS a recolher	-	-	39.719	37.725
IPI a recolher	-	-	4.379	12.054
PIS e COFINS a recolher	-	-	1.470	2.579
Tributos municipais a recolher	-	-	294	323
Outros	4	1	4	1.423
Total	**4**	**1**	**45.866**	**54.104**
Circulante	4	1	42.841	54.104
Não circulante	-	-	3.025	-

(i) O aumento na linha de ICMS a recolher refere-se substancialmente à provisão de ICMS Diferencial de Alíquota (Difal), na qual a Companhia contesta o pagamento e efetua a liquidação via depósito judicial.

22 Salários e encargos sociais (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Salários a pagar	2.614	3.713
Provisão de férias, 13º salário e gratificações	12.203	9.111
Encargos sociais	4.166	4.099
Total	**18.983**	**16.923**

23 Adiantamento de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Provisão para corte da receita líquido de impostos	24.457	27.510
Adiantamentos de clientes no país - Boletos	10.570	1.586
Adiantamentos de clientes - no país - Cartões	1.042	1.657
Adiantamentos de clientes no país – Vales	2.897	5.558
Total	**38.966**	**36.311**

Referem-se aos adiantamentos de clientes pela aquisição de produtos comercializados no *site* da Companhia, os quais foram pagos, porém ainda não foram faturados. O evento ocorre apenas com vendas realizadas nos últimos dias próximos a data base da demonstração financeira.

24 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final é o fundo de investimento EB Capital LDM Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com 65,83% e Fitpart Capital Partners LLC com 34,17% de participação.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração (consolidado)

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que é composto pela diretoria, totalizou R$ 4.591 em 2024 (R$ 4.524 em 2023), e incluiu pró-labore e benefícios variáveis.

c. Benefícios a empregados (consolidado)

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica e odontológica, vale-transporte e vale-refeição. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 os benefícios acima representaram a aplicação de R$ 11.296 (R$ 9.961 em 2023).

d. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com empresas relacionadas aos acionistas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar a acionistas (i)	4.878	4.878	16.305	16.305
Adiantamento a fornecedores				
Bseller Serviços de Tecnologia Ltda. (ii)	-	-	1.707	-

(i) Refere-se à provisão dos dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no estatuto social da Companhia, líquidos de adiantamentos.

(ii) Adiantamento á BSeller Serviços de Tecnologia, referente a serviços de tecnologia a serem prestados (Nota explicativa 12).

25 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (consolidado)

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu provisão, sendo essa a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**1.566**	**326**	**1.892**
Adições	3.702	1.202	161	5.065
Pagamentos	-	(685)	-	(685)
Atualizações	-	175	109	284
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.702**	**2.258**	**596**	**6.556**
Adições	-	789	1.230	2.019
Pagamentos	(3.699)	(940)	(387)	(5.026)
Atualizações	-	12	484	496
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3**	**2.119**	**1.923**	**4.045**

Depósitos judiciais

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais o montante de R$ 35.563 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 37.314 em 31 de dezembro de 2023). Os principais depósitos estão relacionados às ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota (Difal). Os recolhimentos vêm sendo depositados judicialmente mantendo o passivo a pagar em aberto conforme mencionado na nota explicativa nº 21.

Passivos contingentes – possíveis de perda

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias no montante estimado em R$ 7.456 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 7.764 em 31 de dezembro de 2023) que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 191.164, representado por 166.164.081 ações ordinárias nominativas.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para reserva legal e dividendos, ficando à disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto.

27 Receita líquida (consolidado)

	Consolidado	
	2024	**2023**
Receita operacional bruta		
Vendas de mercadorias	1.585.432	1.337.564
Receita de serviços	55.646	52.275
Total	**1.641.078**	**1.389.839**
Deduções		
Devoluções e cancelamentos	(53.572)	(38.745)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(291.960)	(264.269)
Impostos sobre receitas de serviços	(379)	(549)
Total	**(345.911)**	**(303.563)**
Receita operacional líquida	**1.295.167**	**1.086.276**

28 Gastos por natureza (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
			2024	**2023**
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(917.863)	(804.967)
Fretes	-	-	(62.937)	(48.453)
Pessoal	-	-	(113.098)	(101.571)
Publicidade e propaganda	-	-	(59.592)	(44.162)
Serviços de terceiros	(130)	(69)	(31.263)	(35.426)
Comissões	-	-	(31.353)	(22.437)
Materiais e serviços de manutenção	-	-	(4.193)	(6.719)
Depreciações e amortizações	-	-	(48.105)	(51.469)
Outras despesas	-	-	(1.825)	(13.599)
Total	**(130)**	**(69)**	**(1.270.229)**	**(1.128.803)**
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(968.330)	(863.904)
Vendas	-	-	(97.634)	(70.643)
Administrativas e gerais	(130)	(69)	(203.964)	(194.562)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	(301)	306
Total	**(130)**	**(69)**	**(1.270.229)**	**(1.128.803)**

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	6.847	5.073
Atualizações monetárias ativas	-	-	-	7.348
Outras receitas financeiras	119	129	1.944	944
Total	**119**	**129**	**8.791**	**13.365**
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(14.504)	(4.318)
Valor justo de Hedge	-	-	(10.105)	(10.089)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	-	-	(15.411)	(6.199)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(12.554)	(8.200)
Impostos	-	-	(38)	(12)
Outras despesas financeiras	-	(1)	(3.870)	(4.036)
Total	**-**	**(1)**	**(56.482)**	**(32.854)**
Resultado financeiro	**119**	**128**	**(47.691)**	**(19.489)**

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível I	Nível II	Nível III
31 de dezembro de 2024 (consolidado)							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Aplicações financeiras	19.590	-	-	19.590	-	19.590	-
Total	**19.590**	**-**	**-**	**19.590**	**-**	**19.590**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalente de caixa	-	3.095	-	3.095	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	127.854	-	127.854	-	-	-
Outros créditos	-	25.169	-	25.169	-	-	-
Total	**-**	**156.118**	**-**	**156.118**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	-	209.249	209.249	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	179.004	179.004	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	118.974	118.974	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	16.305	16.305	-	-	-
Total	**-**	**-**	**523.532**	**523.532**	**-**	**-**	**-**

	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível I	Nível II	Nível III
31 de dezembro de 2023 (consolidado)							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Aplicações financeiras	7.571	-	-	7.571	-	7.571	-
Total	**7.571**	**-**	**-**	**7.571**	**-**	**7.571**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalente de caixa	-	1.496	-	1.496	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	171.169	-	171.169	-	-	-
Outros créditos	-	4.911	-	4.911	-	-	-
Total	**-**	**177.576**	**-**	**177.576**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	-	137.338	137.338	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	158.590	158.590	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	124.094	124.094	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	16.305	16.305	-	-	-
Total	**-**	**-**	**436.327**	**436.327**	**-**	**-**	**-**

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas-bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelas áreas de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber de clientes	-	-	127.854	171.169
Outros créditos	-	-	25.169	4.911
Aplicações financeiras	1.556	1.556	19.590	7.571
Caixas e bancos	-	-	3.095	1.496
Total	**1.556**	**1.556**	**175.708**	**185.147**

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Em 31 de dezembro de 2024	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores	(209.249)	(209.249)	(209.249)	-	-	-
Arrendamento mercantil	(118.974)	(163.221)	(28.358)	(28.169)	(61.504)	(45.190)
Empréstimos e financiamentos	(179.004)	(182.938)	(182.938)	-	-	-
Total	**(507.227)**	**(555.408)**	**(420.545)**	**(28.169)**	**(61.504)**	**(45.190)**
Passivo circulante	(405.234)	(420.545)	(420.545)	-	-	-
Passivo não circulante	(101.993)	(134.863)	-	(28.169)	(61.504)	(45.190)

Em 31 de dezembro de 2023	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores	(137.338)	(137.338)	(137.338)	-	-	-
Arrendamento mercantil	(124.094)	(177.274)	(27.468)	(26.248)	(68.019)	(55.539)
Empréstimos e financiamentos	(158.590)	(158.590)	(158.590)	(57.441)	-	-
Total	**(420.022)**	**(473.202)**	**(265.955)**	**(83.689)**	**(68.019)**	**(55.539)**
Passivo circulante	(254.336)	(265.955)	(265.955)	-	-	-
Passivo não circulante	(165.686)	(207.247)	-	(83.689)	(68.019)	(55.539)

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A Administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Para a proteção dos riscos de variações cambiais é utilizado operações de derivativos *swap* cambial. Os *swaps* são usualmente contratados dentro de uma operação conhecida no mercado como "4131". Nessas operações, a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (Dólar ou Euro) junto a uma instituição financeira e ao mesmo tempo contrata um *swap* para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescido de um *spread* (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas com a mesma contraparte e têm casamento de valores e datas de vencimento. Os *swaps* são classificados como derivativos de valor justo e seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos e as dívidas em moeda estrangeira são classificados como empréstimos e financiamentos e o resultado da variação cambial e dos juros classificados como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía R$ 136.028 (R$ 120.958 em 31 de dezembro de 2023) expostos a moeda estrangeira, as operações são realizadas em euro e dólar.

Análise de sensibilidade de câmbio

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável de valorização da taxa do Euro. O cenário provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação desse indicador para os próximos 12 meses. Os cenários possível e remoto foram preparados com o agravo do risco em 7,5% e 9%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em Euros, com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado de 31 de dezembro de 2024, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente a taxa de juros, são mantidas constantes.

Os efeitos das variações cambiais esperadas para o próximo exercício são como segue:

4131	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Risco de câmbio	6%	7,50%	9%
Euro – Cenário-base	6,4363	6,4363	6,4363
Cenário e níveis de preço	6,8225	6,919	7,0156
Empréstimos e financiamentos	**19.786**	**20.047**	**20.307**

Finimp	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Risco de câmbio	6%	7,50%	9%
Dólar – Cenário-base	6,1923	6,1923	6,1923
Cenário e níveis de preço	6,5638	6,6567	6,7496
Empréstimos e financiamentos	**116.125**	**117.905**	**119.685**

Derivativos

A Companhia detém *swaps* de taxa de juros para fins de gerenciamento de risco que são designados nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. Os *swaps* de taxa de juros têm pontas variáveis indexadas a Euro ou CDI. Os instrumentos derivativos da Companhia são regidos por contratos baseados em *master agreements* da International Swaps and Derivatives Association (ISDA).

	Vencimento	**Notional (Euro)**	**Nocional (R$)**
SWAP Cambial	24/02/2025	1.367	8.771
SWAP Cambial	27/05/2025	1.380	8.587
Total		**2.747**	**17.358**

	Vencimento	**Notional (Dólar)**	**Nocional (R$)**
FINIMP	16/01/2025	1.754	10.864
FINIMP	03/02/2025	2.214	13.708
FINIMP	21/02/2025	1.566	9.697
FINIMP	30/03/2025	2.492	15.431
FINIMP	28/04/2025	3.135	19.412
FINIMP	23/05/2025	1.682	10.413
FINIMP	09/06/2025	1.946	12.053
FINIMP	25/06/2025	4.375	27.092
Total		**19.164**	**118.670**

As operações descritas acima se qualificam para "*hedge accounting*" e estão clasificadas como hedge de valor justo para operação de troca de taxa fixa para flutuante. São contabiliadas como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeirso quando o valor justo for negativo.

	Valor justo	**Valor da curva**	**Resultado financeiro**
Itaú	38.028	40.762	2.734
Banco do Brasil	48.803	53.389	4.586
Santander	19.412	19.412	-
Bradesco	21.507	22.465	958
Total	**127.750**	**136.028**	**8.278**

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(10.089)**

Provisão variação *swap*	18.367
Realização da provisão	4.175
Marca ção a mercado	(4.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.278**
Ativo	13.840
Passivo	(5.562)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	1.556	1.556	19.590	7.571
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(179.004)	(158.590)

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável nas taxas de juros esperadas. O cenário provável de redução e aumento nas taxas de juros foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3 Brasil Bolsa Balcão e/ou Bacen, considerando uma taxa base de CDI em 12,25% a.a. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras para o próximo exercício são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	1.556	1.556	19.590	7.571
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(179.004)	(158.590)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.278	(10.089)
Exposição líquida	**1.556**	**1.556**	**(151.136)**	**(161.108)**
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:				
Cenário I - Provável – taxa de 12,25% a.a.	119	203	(12.560)	(21.008)
Cenário II – (Aumento) Redução 25% na taxa	149	254	(15.700)	(26.260)
Cenário III – (Aumento) Redução 50% na taxa	178	304	(18.840)	(31.513)

31 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Gestão de capital	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Total do passivo	26.913	31.505	663.542	592.164
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.556)	(1.556)	(22.685)	(9.067)
(=) Dívida líquida (a)	**25.357**	**29.949**	**640.857**	**583.097**
Total do patrimônio líquido (b)	448.145	462.821	632.052	663.950
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	**0,057**	**0,065**	**1,014**	**0,878**

32 Cobertura de seguros (consolidado)

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são assim demonstradas:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Riscos diversos – Estoque e imobilizado	1.884	1.597
Responsabilidade Civil D&O	43	36
Veículos	9	9
Total	**1.936**	**1.642**

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e em sua controlada e saldos em poder de bancos.

b. Ativo imobilizado (consolidado)

Durante o exercício de 2024, a Companhia e sua controlada adquiriram ativo imobilizado ao custo total de R$ 7.051 (R$ 41.695 em 31 de dezembro de 2023). Pagamentos em caixa de R$ 9.271 (R$ 39.955 em 31 de dezembro 2023) foram feitos para aquisição de imobilizado.

c. Arrendamento (consolidado)

Reconhecimento de passivo de arrendamentos em contra partida do ativo de direito de uso, no montante de R$2.634 (R$22.293 em 2023); Remensurações de R$10.835 (R$922 em 2023); e baixa de contratos de R$950 (R$17.676 em 2023).

34 Eventos subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou operação de empréstimos na modalidade FINIMP e capital de giro conforme demonstrado abaixo:

Banco	Modalidade	Taxa (a.a.)	Captação	Vencimento	Valor
Safra S.A.	Finimp	7,13%	13/01/2025	09/01/2026	4.472
Safra S.A.	Finimp	7,09%	22/01/2025	16/01/2026	2.518
Safra S.A.	Finimp	7,13%	03/02/2025	28/01/2026	12.213
Banco Bradesco S.A.	Finimp	6,21%	07/02/2025	05/08/2025	844
Banco Bradesco S.A.	Finimp	6,13%	12/02/2025	11/08/2025	12.297
Banco Bradesco S.A.	Finimp	6,27%	14/02/2025	18/08/2025	9.387
Safra S.A.	Finimp	7,13%	21/02/2025	18/01/2026	8.358
Banco Santander S.A. (i)	Capital de giro	5,87%	13/03/2025	17/03/2028	39.326
Banco Votorantim S.A.	Finimp	6,96%	14/03/2025	10/09/2025	6.527
Banco Votorantim S.A.	Finimp	7,13%	20/03/2025	20/03/2026	7.345
					103.287

A operação contratada junto ao Banco Santander S.A, possui cláusula de vencimento antecipado, caso a razão entre a dívida líquida financeira e o EBITDA seja maior igual a 3,50.

* * *

Composição da Diretoria

Eduardo Sirotsky Melzer
Diretor-presidente

Patrícia Maria de Arruda Franco
Contador
1SP081950/O-7